

O AGRONEGÓCIO E SUAS CONFLITUALIDADES: O GOVERNO ACREANO DIANTE DA PROBLEMÁTICA SOCIO-AMBIENTAL¹

José Alves

bairral@hotmail.com

Karina Furini da Ponte

karinaponte211@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das leituras e discussões realizadas na disciplina: Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba ofertada no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista.

O estudo das temáticas do agronegócio, agrocombustíveis, soberania alimentar e ameaças globais (crises globais) instigaram inquietações sobre a influência destas problemáticas na constituição de territórios voltados para a compensação ambiental, que são derivados da lógica capitalista, pois ao mesmo tempo em que se criam territórios do/para o agronegócio/agrocombustíveis criam-se, também, como contrapartida outros para regular a questão ambiental.

Entretanto, os processos contraditórios da dinâmica social constituem-se por conflitualidades, movimentos de resistências e embates à lógica do capital, como a ação dos movimentos sociais na constituição, defesa de seus territórios, sejam eles materiais ou imateriais, conforme Fernandes (S.d).

Com a globalização alguns espaços tornam-se mais funcionais para os anseios dos Estados e das empresas, que para sua melhor apropriação os fragmentam em territórios diferenciados, mas complementares entre si. Deste ponto de vista, o importante para a lógica do capital, intermediado por um Estado capitalista, é que os espaços possibilitem a reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, Santos (2004) ressalta que o capital fragmenta o território a seu modo e controla o espaço e os agentes sociais de acordo com suas necessidades construindo diversas ordens e desordens a fim de garantir sua reprodução. Como isso não é um processo unidirecional, os conflitos e as contradições tornam-se iminentes.

Esta lógica espacial contribui para compreendermos as dinâmicas agrárias em tempos de globalização, que criam territórios favoráveis à reprodução do capital

¹ Texto apresentado como critério de avaliação final à Disciplina “Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba”, ministrada pelos professores Bernardo Mançano Fernandes, e Angelina Herrera Sorzano e Federico Sulroca Dominguez (convidados) junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

(agronegócio/agrocombustíveis), como também territórios da “sustentabilidade”² (mercantilização da natureza via a venda de bens e serviços ambientais) e, contraditoriamente, criam/recriam territórios de resistência e permanência (campesinato/soberania alimentar) a partir da lógica desigual e contraditória do modo capitalista de produção.

A dinâmica capitalista no campo brasileiro, no final do século XX e início do XXI, tem evidenciado um avanço da produção agrícola orientada para o mercado externo, desenvolvida em grandes unidades de exploração, sob influência do capital agroindustrial e financeiro, o que se pode denominar de agronegócio.

Juntamente com o agronegócio tem-se expandido a produção de agrocombustíveis como alternativa diante da crise energética, e que se estrutura nos moldes de uma produção agrícola capitalizada, embora não só, tendo em vista as amaras do capital para subordinar a produção camponesa nos cultivos de determinados produtos atrelados ao agronegócio.

Os processos produtivos do agronegócio/agrocombustíveis têm sua orientação na lógica do capital internacional, por meio das grandes corporações, configurando uma abrangência global articulada através de vários pontos (territórios) formando um espaço de fluxo que os integra.

Por outro lado, criam-se territórios paralelos, vistos como territórios de resistência, resultantes destas conflitualidades entre agronegócio e campesinato, que busca na soberania alimentar e na luta pela reforma agrária a base de sua sobrevivência e de sua territorialidade.

Esses “territórios camponeses” pressupõem a base local como contraracionalidade, ou seja, formas de regulação criadas a partir das particularidades locais como forma de existir e de se reproduzir diante das exigências globais do agronegócio que carrega consigo o desemprego, a fome, os problemas ambientais e climáticos, etc.

Já os chamados “territórios da sustentabilidade”, criados via políticas de governo, surgem diante de um contexto do qual se acirra a problemática ambiental e se aprofunda a preocupação com o aquecimento global como resultado da forma de apropriação do planeta. Com isso, o capital designa territórios para compensar os efeitos danosos de sua própria regulação, embora esses também permitam manter sua reprodução.

A este respeito pretendemos demonstrar como o estado do Acre busca desenvolver estas propostas de territorialidades a partir do discurso do desenvolvimento

² Estamos nos referindo apenas aos territórios discutidos neste trabalho, embora haja muitos outros dentro da realidade agrária.

sustentável, colocando o ambiente como elemento chave do processo produtivo. Portanto, é com base nesta gama de conflitualidades resultantes de territorialidades diversas que propomos discutir, de um lado, a produção do agronegócio e, de outro, as conflitualidades e resistência que resultam de tais processos, como também para o caso analisado as propostas de “territórios da sustentabilidade”.

AGRONEGÓCIO/AGROCOMBUSTÍVEIS X SOBERANIA ALIMENTAR

O debate colocado acerca do agronegócio e agrocombustíveis é de extrema importância, pois presenciamos processos contraditórios no campo brasileiro intrínsecos à lógica de acumulação do capital, e refletir sobre é condição necessária para repensar a sociedade brasileira atual.

Em âmbito nacional, enquanto o governo federal propaga, juntamente com os empresários do campo, o peso do agronegócio na economia brasileira, notadamente como elemento positivo aos saldos da balança comercial para o *superávit* entre exportações e importações, constata-se a crise de alimentos e a não realização da reforma agrária como modelos de desenvolvimento inclusivos.

A fome assola populações não só no Brasil, conforme (OLIVEIRA, 2008), mas em vários países e regiões do mundo. Esta crise fica mais latente no contexto das crises internacionais de combustíveis e financeira. Assim, produzir no campo e mantê-lo atrelado à lógica de produção para atender o mercado externo traz consigo sérias consequências à sociedade brasileira, tendo em vista que este modelo de "desenvolvimento" é por si excludente e autodestrutível em termos sócio-ambientais.

Segundo Souza e Conceição (2008), as contradições do desenvolvimento difundido pelo capital no campo, mais recentemente a partir do agronegócio e sua tentativa de tornar-se hegemônico, vem revestida de um discurso ideológico de classe que não tem se revertido em possibilidades concretas para aqueles que vivem no campo e na cidade.

Tomando como recorte espaço temporal a sociedade brasileira pós segunda metade do século XX, identificamos o movimento contraditório em que a questão agrária toma o centro das atenções, tanto no âmbito social como acadêmico e político. Debruçado sobre o tema Fernandes (S.d) demonstra que a questão agrária não deve ser tratada como uma crise agrária conjuntural, mas sendo uma questão estrutural do capitalismo, repleta de contradições e de desigualdades. Portanto, não podemos falar de agronegócio, em escala nacional, sem atrelá-la às ações do Estado e do capital para o

processo de “modernização conservadora” da agricultura brasileira e suas relações com os processos industriais, o que se verificou de forma mais latente no pós década de 1970.

Com o crédito farto (Sistema Nacional de Crédito Rural), manteve-se e aprofundou-se a concentração de terras e as desigualdades no campo. Modernizaram-se alguns setores da produção agrícola, constitui-se o setor industrial e de comércio que forneceram insumos para os negócios da agropecuária, como fabricante de fertilizantes, defensivos químicos, maquinários etc.

Esse quadro estruturou-se pelo modelo da chamada Revolução Verde, com a articulação da agricultura e indústria de modo que pressionaram os grandes e médios produtores para se inserirem cada vez mais na dinâmica do capital agroindustrial. Tentou-se com isso transformar o latifúndio em empresa agrícola, e inserir o pequeno produtor nas cadeias agroindustriais, a partir dos processos de parcerias com as agroindústrias processadoras.

A modernização e a industrialização da agricultura constituíram os Complexos Agroindustriais (CAIs). A idéia de *agribusiness* não apenas ressaltou os vínculos intersetoriais existentes (por isso sua tradução como complexos agroindustriais ou CAIs), mas colocou a produção agrícola como parte de um sistema de *commodities* mais amplo, demonstrando suas relações com o mundo dos grandes negócios³.

No Brasil, a constituição dos CAIs ocorre no período entre 1965 a 1980, no qual a agricultura completou um ciclo de modernização técnica e de crescimento. Entretanto, conforme Delgado (2010), houve um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe para o seu “abrigo” as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial.

Esse processo pode ser compreendido no bojo da política dos governos militares em tornar a agricultura competitiva e que permitisse cumprir algumas funções na economia (estabilidade de preços, do salário real e do superávit comercial externo), atrelando-a a economia industrial e urbana, como também com o setor externo.

O período pós regime militar mostrou o esgotamento de um ciclo de crescimento econômico, e a crise que se instala a partir de então vai demarcar novos arranjos da

³ Conforme Silva (1998), o termo *agribusiness*, nos Estados Unidos, dos anos 1950, fora inserido como forma de ampliar a visão da agricultura que não poderia ser fechada simplesmente no setor primário devido as suas mediações com a indústria e o comércio agroindustrial. O referido termo fora cunhado por J. H. Davis, em 1955, como “a soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (apud SILVA, 1998, p. 65).

ordem econômica e política nacional, fazendo com que a questão agrária nacional fosse submetida ao processo de “ajustamento constrangido”, constituído por restrições de ordem externa e interna, responsáveis por ajustes macroeconômicos que buscaram equacionar o endividamento externo.

Deste modo, o enfrentamento da crise da dependência externa, requereu a participação do setor agrícola e das cadeias agroindustriais à geração de saldos comerciais e “a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta a ser prioridade da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna” a partir de 2003/05. (DELGADO, 2010, p. 93).

É nessa nova roupagem de uma agricultura tecnificada, moderna e responsável pelos saldos de exportação da economia brasileira, que o agronegócio propaga-se como modelo prioritário para o campo brasileiro⁴.

Para Fernandes (S.d), o agronegócio se consolida nas décadas de 1980/90 embora suas origens remontem as décadas de 1940/50 configurando um arranjo nos quais as corporações estão organizadas em conjuntos de sistemas que controlam as *commodities*, sendo que algumas corporações controlam todos os sistemas ou a maior parte deles. O complexo do agronegócio é visto pelo autor como um conjunto de sistemas agrícola, industrial, comercial, financeiro e tecnológico, tendo como âncora de sustentação um sistema ideológico que tenta convencer a sociedade da sua importância.

É esse controle do capital no campo que permite compreender a associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Esta associação realiza uma aliança estratégica com o capital financeiro, em busca do lucro e da renda da terra, sob o patrocínio político do Estado (DELGADO, 2010, p. 93). O processo de mediação da produção e reprodução do capital no campo brasileiro não pode ser visto sem o entendimento das mediações do Estado para que o capital nacional e internacional siga seu processo de territorialização e subordinação da renda da terra aos seus ditames.

Essa lógica de inserção do Brasil na economia mundial reflete, entre outros pontos, a necessidade de exportações do agronegócio e dos produtos do parque industrial instalada no país, que permitem o crescimento das exportações ano após ano,

⁴ Vejamos a definição de agronegócio da Associação Brasileira de *Agribusiness* apresentada por Souza e Conceição (2008, p. 105): “O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira, nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços. Hoje, os principais insumos da agropecuária, tais como fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis e outros, e a maquinaria utilizada (tratores, colheitadeiras e outros equipamentos), são predominantemente provenientes de setores industriais, especializados em produtos para a agropecuária. Da mesma forma, os produtos de origem agropecuária destinam-se crescentemente, as agroindústrias especializadas no processamento de matérias-primas e de alimentos industrializados, consumidos no mercado interno urbano e exportados.”

condição para a entrada de dólares na economia nacional direcionados, em parte, para o pagamento crescente da dívida externa.

O quadro desmitificado mostra que o setor financeiro internacional acaba se beneficiando com os juros pagos, bem como, os capitalistas nacionais e internacionais que aumentam seus lucros com o crescimento das exportações (OLIVEIRA, 2003).

Conforme Teubal (2008) os programas de ajustes estruturais colocados pelo FMI e Banco Mundial aos países latino-americanos, decorrente do neoliberalismo econômico, foram severos para tais sociedades, pois abriram caminho para o processo de globalização que afeta as agriculturas e os sistemas agro-alimentares nesses países. “Trata-se de processos relacionados à consolidação de um sistema agro-alimentício ou agroindustrial mundial sob a batuta de grandes empresas multinacionais agro-alimentícias, ou seja, os agronegócios (*agribusiness*)”. Conseqüentemente, a intensificação do domínio do capital no campo direciona a produção agropecuária para o mercado (em especial o externo), em detrimento ao consumo local ou nacional. Isso será foco de várias conflitualidades, como veremos posteriormente.

No Brasil, a atenção dos governos ao agronegócio é um processo preocupante, devido a sua influência nas políticas agrícola/agrária do país. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009) apresenta as Projeções do Agronegócio para o período de 2008/09 a 2018/19, destacando que “os produtos mais dinâmicos do agronegócio brasileiro deverão ser: soja, milho, trigo, carnes, etanol, farelo de soja, óleo de soja e leite. Esses produtos indicam elevado potencial de crescimento para os próximos anos”.

É diante desse cenário de fortalecimento do agronegócio em escala global, regional e nacional, que um segmento do capital direciona-se para o setor de biocombustíveis, tendo em vista a crise energética mundial, desencadeada na década de 1970, após a primeira crise do petróleo (1973).

Essa crise energética permite também uma maior atenção a outras crises estruturais do sistema capitalista, intrínsecas à sua própria lógica de reprodução. Sobre o tema Dominguez (2010, p. 03) assinala que no final do século passado e início do século XXI há um conjunto de problemas globais que afetam a esfera econômica, política e social da comunidade global. Estas “ameaças globais” se desenvolvem simultaneamente e interagem entre si afetando várias esferas da sociedade. Para o autor tais ameaças, ou crises internacionais, podem ser resumidas em três, sendo: a) problemas energéticos vinculados a crise energética; b) problemas climáticos vinculados ao aquecimento global; e, c) problema de segurança alimentar.

Os impactos gerados pelas crises financeira, energética, alimentar e climática, impõe as sociedades a necessidade do enfrentamento, que não pode ser encontrado nas fórmulas mitigatórias propostas pelas organizações Multilaterais como o Banco Mundial, FMI, OMC.

Os problemas colocados às sociedades e governos mostram que a crise energética faz parte de contradições mais profundas que nos revelam o próprio sistema do capital. Porto Gonçalves (2006) demonstra que o modelo ocidental baseado na sociedade do capital e suas formas de colonialidade impõem à sociedade, ao ambiente e ao território formas perversas de exploração.

O autor (2006) ratifica que o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento sempre crescente da demanda por recursos naturais, e quanto mais há desenvolvimento tecnológico mais há uma ação sobre os recursos enquanto forma de novas possibilidades de acumulação.

Fernandes (s/d) também enfatiza a importância do território para compreender a organização da dinâmica capitalista, pois o território representa um elemento essencial de existência e reprodução das classes, além de ser local de acumulação do capital. E com a mudança da matriz energética há um “processo de reordenamento do uso dos territórios rurais através das disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato pelos usos dos territórios para produção de alimentos e de agrocombustíveis” (FERNANDES, S/D, p. 04)

Nesse sentido, evidenciam-se conflitualidades entre projetos territoriais atrelados ao agronegócio/agrocombustíveis e projetos demandados por sujeitos sociais que apostam na soberania alimentar e em formas emancipadas como estratégias luta; portanto princípios diferenciados quanto às formas de organização. Essas conflitualidades são produzidas pelas contradições resultantes das relações sociais que criam espaços e territórios heterogêneos, conforme enfatiza Fernandes (s/d)

Bruno (2008) ressalta que ao tratar de conflitualidades geradas a partir destas relações contraditórias entre grandes proprietários de terras e empresários do agronegócio, de um lado, e trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares e seus mediadores, de outro, podemos elencar inúmeras possibilidades resultantes destas interações.

Dentre as conflitualidades apresentadas pela autora destaca-se a problemática dos transgênicos, que para o agronegócio seria o setor de ponta para a produção e produtividade no campo, no qual a biotecnologia seria o elemento fundamental para os avanços na produção de alimentos.

Outro ponto seria o discurso das lideranças patronais e do agronegócio em defesa da responsabilidade social do empresariado com os trabalhadores e pelo fim da pobreza, frente às denúncias de trabalho escravo e degradação das relações laborativas em tais atividades.

Um terceiro ponto de tensão refere-se a agricultura empresarial como modelo único, e não uma agricultura camponesa/familiar. A proposta seria incorporar setores dessa agricultura ao padrão empresarial via sistema de integração.

Portanto, a partir destas conflitualidades demonstradas por Bruno (2008) fica nítido que o agronegócio tenta se colocar como única possibilidade para os problemas da agricultura, que além de proporcionar a reprodução do capital leva em consideração os fatores sócio-ambientais como elementos estratégicos.

É neste ponto que nossa discussão se debruça, ou seja, de entender o agronegócio/agrocombustíveis a partir das conflitualidades sócio-ambientais geradas por este modelo, bem como os movimentos de resistência e permanência no campo diante desse modelo imposto pelo capitalismo.

Sobre isso, a FAO (2008) no documento *El estado mundial de la agricultura y la alimentación* apresenta uma seção dedicada aos biocombustíveis com ênfase nas perspectivas, riscos e oportunidades para esse início de século XXI. De modo geral, pode-se dizer que o enfoque apresentado é a estruturação do mercado de agrocombustíveis como forma de mitigar os impactos na crise energética mundial diante da dependência do modelo fossilista, em especial do petróleo. A busca de fontes alternativas como o etanol é colocado como um aspecto importante para a saída não só da crise energética, mas também para outras ameaças globais, como o aquecimento global e as mudanças climáticas⁵, além de ser uma alternativa aos agricultores para o desenvolvimento rural.

Segundo o documento citado, o etanol produzido no Brasil a partir da cana-de-açúcar, tem custo de produção mais baixo entre os países que produzem agrocombustíveis em larga escala, já que em geral os biocombustíveis não podem competir sem subsídios com os combustíveis fósseis derivados do petróleo. Assim, “la competitividad puede cambiar en consonancia con las modificaciones de los precios de las materias primas y la energía, y el desarrollo de la tecnología. En la competitividad influyen también directamente las políticas aplicadas”. (FAO, 2008, p. 60).

⁵ “Efectivamente, aunque el uso de la bioenergía presenta ventajas para el medio ambiente, su producción también puede causar daños ecológicos. Los efectos de la expansión de la producción de biocombustibles para los recursos de tierras y aguas y para la biodiversidad son objeto de una atención cada vez mayor, al igual que la cuestión de cómo garantizar su sostenibilidad ambiental”. (FAO, 2008, p.22).

Por outro lado, a Via Campesina (2007) defende que a produção do agronegócio e também dos agrocombustíveis, como uma face deste modelo, ocorrem através de uma agricultura globalizada e capitalista, que ao contrário de ser uma forma de amenizar o aquecimento global tende a aumentá-lo, além de não permitir a soberania alimentar.

Esta constatação é demonstrada a partir de alguns fatores referentes às formas de organização do agronegócio/agrocombustíveis como: 1) no transporte de alimentos pelo mundo são utilizados combustíveis fósseis que eliminam toneladas de CO₂; 2) há uma imposição de meios industriais de produção (monocultura, mecanização, uso de agro-químicos) destruindo os processos naturais do solo e eliminando CO₂ pelos tratores; 3) destruição da biodiversidade e, conseqüentemente, os bosques para a plantação da monocultura reduzindo a capacidade do meio ambiente absorver o carbono liberado na atmosfera; 4) transformação da agricultura de produtora em consumidora de energia pela utilização de maquinários. (VIA CAMPESINA, 2007).

Diante deste modelo de agricultura capitalizada geradora de problemas sócio-ambientais surgem as discussões referentes à soberania alimentar, que difere de segurança alimentar.

O termo segurança alimentar indica uma política compensatória a fim de garantir alimentos industrializados para a população pobre, diferente da soberania alimentar que seria o direito de produzir seu próprio alimento (FERNANDES, S/D). O autor (s/d) relata ainda que a soberania alimentar é um território do campesinato e envolve a disputa territorial por políticas públicas e por produção agrícola, sendo então um movimento em defesa de território para poder produzir e se alimentar a partir de seu território.

Este modelo da soberania alimentar contrapõe-se e defende práticas de conhecimento tradicional e agricultura sustentável (agroecologia), tem como base a reforma agrária e a emancipação do trabalho camponês (mas não somente deste) e não sua subordinação as cadeias produtivas, via o sistema de integração, conforme Thomaz Junior (2006).

Esta realidade da soberania alimentar é algo ainda distante no Brasil, o contrário de Cuba que tem demonstrado um avanço nesta proposta, inclusive a partir da agricultura urbana como uma alternativa para alcançar a soberania alimentar.

Segundo Sorzano (2009, p.03-04):

La agricultura urbana sufre un crecimiento inmediato después de la caída del campo socialista desde los primeros años de los noventa del siglo XX. Este crecimiento se debe a la dependencia de Cuba en las relaciones económicas con los países del CAME (Consejo de Ayuda Económica). [...] Era necesario sustituir las importaciones de

alimentos que venían del campo socialista y los productos que se obtenían de la industria nacional en fuerte crisis durante estos años.

Assim, a agricultura urbana surgiu como uma alternativa para produzir alimentos, buscando reduzir os problemas de déficit alimentício. Além disso, ela apresenta uma preocupação sócio-ambiental, pois parte de uma base agroecológica e tem forte impacto sobre a geração de empregos, além de proporcionar a reincorporação da terceira idade e a incorporação dos jovens na vida econômica do país.

Ao contrário dos benefícios de uma produção agrícola mais justa, o agronegócio tem causado sérios problemas sócio-ambientais como resultado de sua lógica produtiva e destrutiva.

Alterar essa estrutura requer impactos em sua forma de acumulação, com isso, tem-se evidenciado novas formas de ação do capital a partir das políticas vinculadas a proposta de desenvolvimento sustentável, respaldada na mercantilização da natureza, e a região amazônica tem sido um dos espaços onde se busca essas estratégias de acumulação do capital nacional e internacional.

O ESTADO DO ACRE NO CONTEXTO DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL

A natureza sob a ótica do capital sempre foi vista como um “recurso infinito” e de grande disponibilidade pelo planeta, e o paradigma do desenvolvimento assumiu esta realidade como verdadeira gerando uma situação catastrófica para a humanidade.

O capital a fim de garantir sua reprodução e ao mesmo tempo demonstrar uma “preocupação ambiental” passou a realizar inúmeras ações sobre a natureza. Nesse sentido, a década de 1970 foi um marco a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizado em Estocolmo (1972), o que possibilitou as discussões e as análises que permitiram a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, na década de 1980.

Neste período, a ONU, via a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, elaborou o Nosso Futuro Comum (Relatório de *Brundtland*), um documento que procurou discutir a situação ambiental na qual o mundo se encontrava e foi também o primeiro a sistematizar o termo desenvolvimento sustentável.

Para Leff (2006, p.291), esta proposta de desenvolvimento sustentável representa “uma política neoliberal que afirma que o equilíbrio ecológico e social se dá pelo crescimento econômico orientado pelo livre mercado”, ou seja, a natureza acaba

sendo incorporada pela lógica do capital tornando-se uma mercadoria a favor da sua acumulação.

Segundo Porto-Gonçalves (2006, p.291) outro ponto relevante nesta discussão “é a questão política e toda geopolítica que está implicada no cerne do desafio ambiental por meio do território”, pois o seu controle é fundamental para a busca de recursos naturais. Desta forma, a questão política regula a organização territorial e escalar de quem fornece, de quem transforma e de quem consome, submetendo regiões e sociedades a tal lógica.

Este modelo de desenvolvimento representa o discurso de tornar sustentável o crescimento econômico por intermédio de mecanismos de mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas não incorporou a este processo as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça e democracia). (LEFF, 2006).

Outra implicação do desenvolvimento sustentável consiste no processo de mercantilização da natureza tornando-a uma mercadoria dentro da dinâmica capitalista. Nesse sentido, a natureza é posta como recurso que através do trabalho e da aplicação de tecnologias pode-se agregar valor aos produtos florestais.

A lógica do capital encontrou nesta proposta uma saída para o “desenvolvimento regional” possibilitando certa sustentabilidade econômica e ambiental, embora esta perspectiva não alcance a totalidade dos sujeitos envolvidos no processo, pois acaba se apropriando dos “povos da floresta” como mão-de-obra “qualificada” para o capital, pois só eles tem o conhecimento e a habilidade do processo produtivo do extrativismo.

Leff (2006, p.124) afirma ainda que as políticas públicas baseadas no paradigma da sustentabilidade acabam “não representando a realidade, mas a simula; e, ao simulá-la a constroem à sua imagem e semelhança”, ou seja, a sustentabilidade é uma forma utilizada pelos povos da floresta bem antes da introdução do conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, este modo de vida quando incorporado pelo capital, que o adequa aos seus princípios, resulta no novo “desenvolvimento sustentável”, e pelo caminho deste processo, perde-se o social e sobressai apenas o econômico.

Por isso, que ao aplicar este tipo de política denominada de “desenvolvimento sustentável” já não representa mais a essência de sua origem, já está modelada de acordo com os objetivos da lógica mercantil, sob esta racionalidade.

Assim, este paradigma de “desenvolvimento sustentável” veio nortear as políticas públicas para a Amazônia, a partir do final da década de 1980, configurando novas formas de planejamento para a região tendo como direcionador a dinâmica capitalista internacional. Deste modo, a introdução das políticas para o desenvolvimento da região

amazônica abrange não só as intenções nacionais, mas também as grandes corporações e órgãos internacionais.

Pode-se lançar como hipóteses que ao implementar-se uma política regional voltada para “o padrão de desenvolvimento sustentável”, configurado não pela sociedade local, mas por políticas públicas nacionais e internacionais, o capital encontra nessa região condições para manter sua acumulação, por meio de processos de lapidação dos recursos naturais e do conhecimento das sociedade que vivem nesse espaço.

Nesse sentido, vários agentes externos passam a atuar na região, tanto através de investimentos e financiamentos para projetos voltados para a preservação da floresta, como para a reativação das cadeias produtivas atreladas à processos industriais. Destaca-se também a introdução massiva das ONGs, o que levou a uma territorialização do capital internacional em terras amazônicas.

Dentre estas estratégias há a criação, na década de 1990, por iniciativa alemã, do Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras, conhecido como PPG7, embora envolva a coordenação do Banco Mundial e dos países do G7.

Este projeto marca consideravelmente a inserção do capital internacional nos rumos a serem perseguidos pela Amazônia, posicionando aquele desenvolvimento sustentável elaborado pelo sistema capitalista como o norteador das políticas públicas, o que demonstra como as exigências globais se apropriam das particularidades locais para a dinamização de sua lógica.

E em 2003 é lançado o Plano Amazônia Sustentável (PAS) pelo Governo Federal. Embora o foco, como afirma seus idealizadores, seja na sustentabilidade, o seu enfoque foi direcionado para a implantação de infraestruturas na região. Este posicionamento demonstra o papel dos Estados na dinâmica capitalista que consiste na própria organização e adequação dos territórios para a inserção do capital.

E no estado do Acre as políticas públicas baseadas na perspectiva da sustentabilidade têm como marco o primeiro Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC), em 2000, como um instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial que resultaram em projetos e execução de políticas públicas e privadas. Deve-se esclarecer que esta primeira iniciativa contou com a contribuição técnica e financeira de agências alemãs através do PPG7.

Para a efetivação desta política, o governo acreano, juntamente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), firmou um contrato de empréstimo em 2002 para implantar o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre que tem como base:

a promoção do crescimento econômico, ambientalmente sustentável, e a diversificação produtiva do Estado do Acre, a fim de melhorar a qualidade de vida da sua população e preservar seu patrimônio natural, no longo prazo, tendo como diretriz estratégica o crescimento racional de setores produtivos com vantagens comparativas, que leve em consideração as aptidões naturais, a alta biodiversidade e a diversidade cultural existentes no Estado. (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2009, p. 20).

A partir deste programa todas as políticas públicas acreanas tanto no campo, na cidade, na floresta seguem os princípios contidos no contrato BID 1399/OC-BR e que vão reger o encaminhamento dado para o estado.

Esta perspectiva está contida também nas ações do Plano Plurianual 2008/2011 do governo estadual que parte de várias estratégias baseadas na proposta do desenvolvimento sustentável.

A partir destas políticas implementadas pode-se perceber que uma das ações da proposta da sustentabilidade é o favorecimento ao desenvolvimento da cadeia produtiva florestal com forma de agregar valor a partir de sua industrialização no estado, e para isso se torna necessário a introdução de novas tecnologias.

Como exemplos têm-se a Fábrica de Preservativos Masculinos e a Fábrica de Tacos, a fim de mercantilizar os produtos florestais como resultados de políticas públicas que, segundo o governo do estado, está voltada para a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Além destas propostas há também a mercantilização da natureza através da venda de serviços ambientais. No Acre esta proposta é viabilizada pelo Programa de Redução das Emissões por Desmatamento, Degradação Florestal, Manejo Sustentável e Conservação (REDD), discutido em várias instâncias internacionais, e o Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - Fração Carbono, debatido localmente pela população do estado e que compõem o REDD.

Ambos os projetos estão inseridos na política de desenvolvimento sustentável do estado do Acre como instrumentos de efetivação do mercado carbonicultor.

O Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais - Fração Carbono propõe a estruturação de mecanismos associados às florestas ameaçadas pela fronteira agropecuária a partir da inserção e/ou consolidação de “práticas produtivas sustentáveis”, como: florestas manejadas com produtos madeireiros e não madeireiros; e florestas conservadas com referência ao estoque de carbono.

Estas atividades envolvem desde a mercantilização da natureza, a partir da cadeia florestal utilizando formas ditas sustentáveis de extração e produção, até a venda dos serviços ambientais que a floresta pode oferecer.

Para a atuação inicial do programa foram selecionadas 6 áreas denominadas de prioritárias em todo o estado do Acre, que somam 5,8 milhões de hectares. Estas possuem grandes extensões de floresta e baixo desmatamento, embora apresente os maiores riscos de desmatamento nas próximas décadas. (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010).

Inicialmente os projetos restringem-se a essas áreas, mas futuramente se prevê uma ampliação para outras a fim de possibilitar a redução do desmatamento e incentivo e remuneração dos diferentes atores pelo serviço ambiental prestado.

Esse projeto representa uma estratégia do próprio capital na medida em que é resultado de sua dinâmica avassaladora de acumulação, pois ao mesmo tempo em que se territorializa produtivamente gerando conseqüências sociais e ambientais, se compensa através do incentivo à preservação de áreas de floresta (como reserva de valor), como medida paliativa à diminuição do aquecimento global.

Os territórios apropriados para este fim geram formas de remuneração, tanto para os produtores quanto para o estado, como meio de valorizar o ativo florestal e diminuir a pressão sobre a floresta. Entretanto, não há alternativas às famílias que exploram essas áreas a partir do seu modo de vida, de suas territorialidades.

Desta forma, o estado do Acre está envolvido nesta discussão a fim de efetivar tais projetos, pois serve como mecanismo de obter recursos para implantação de ações e programas no estado. Além disso, é difundido como uma alternativa de geração de renda para as várias comunidades que vivem na floresta.

Para se ter uma dimensão do alcance desta ação, as previsões iniciais de custos do Programa Ativo Florestal são de R\$ 478 milhões de reais em 15 anos a fim de obter uma redução de emissões de CO₂ de 62,5 milhões de toneladas e a conservação de mais de 5,5 milhões de hectares de florestas. (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2010).

Essa forma de mercantilização da natureza, baseada na venda de serviços ambientais configura uma nova realidade para o estado do Acre, além de proporcionar uma forma de inserção na dinâmica internacional do capital. É isto que estão chamando de desenvolvimento sustentável.

Além dessas propostas, identificam-se também mecanismos de ação do agronegócio embutido de uma roupagem sustentável. Assim, o cenário das políticas de desenvolvimento regional ainda inclui a expansão do agronegócio sucroalcooleiro de regiões tradicionais, como o Nordeste, para o Acre com a revitalização do antigo projeto Alcolbrás, criado no final da década de 1980 para produzir álcool combustível (anidro e hidratado) que não chegou a funcionar.

Em 2005 o governo do estado intermediou junto ao Banco do Brasil a aquisição das terras (72 ha) e o que restou do maquinário do projeto Alcolbrás, e os repassou para a iniciativa privada gerir, com forte isenção de impostos no prazo de 20 anos. A Álcool Verde, de capital majoritário (70%) do Grupo Farias, do estado de Pernambuco, tem como meta produzir álcool e açúcar nessa unidade industrial do referido Grupo para atender o mercado local e regional, com grande potencial devido ao aumento da frota de carros bicombustível.

Além disso, a integração Brasil-Bolívia-Peru e a ligação da Estrada Transoceânica também gera a perspectiva futura para a exportação de álcool combustível. Apesar dos investimentos feitos a unidade industrial ainda não se encontra em operação, tanto por fatores de infra-estrutura, técnicos, como por questões ambientais que impediram o processamento da cana-de-açúcar cultivada em uma área de 1.800 ha, de um total de 2.400 ha arrendados.

O arrendamento de terras de domínio da pecuária é uma estratégia adotada para justificar o cultivo da cana-de-açúcar na região amazônica, sendo anunciado como sustentável por não gerar pressões sobre áreas de floresta.

A perspectiva de operação industrial é para o ano de 2010, uma vez que os financiamentos para investimentos na unidade produtiva estão encaminhados, e as pendências na licença ambiental foram resolvidas com o Termo de Ajustamento de Conduta, no qual a empresa se comprometeu em cumprir as prerrogativas acordadas com os Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Outro aspecto que merece atenção refere-se ao fato de no entorno da antiga Alcolbrás terem sido assentadas 665 famílias, em dois projetos de reforma agrária, sendo: o Projeto de Assentamento (PA) Alcobrás, criado em 24/11/1998, abrangendo uma área de 7.690 ha, com 434 famílias assentadas; e o PA Zaqueu Machado, criado em 10/08/2001, abrangendo uma área de 3.768,7340 ha, com 236 famílias assentadas.

Inicialmente a instalação da Álcool Verde foi atrelada ao fato de ser uma forma de gerar empregos para as famílias assentadas, tendo inclusive a área desses projetos como possibilidade ao cultivo da cana-de-açúcar, mas isso foi descartado pelos resultados negativos que tal ação poderia gerar. Tanto que o TAC prevê que a empresa incentive a plantação de cana-de-açúcar em rotação com outros gêneros alimentícios para “evitar o regime de monocultura”, bem como privilegiar parceria com os pequenos produtores locais.

Por fim, o tema permite refletir sobre a ação do capital do setor dos agrocombustíveis buscando formas de reprodução na Amazônia Sul-Occidental tendo

como justificativa a necessidade de barateamento do preço do álcool no estado e na região, bem como usando terras destinadas à agropecuária como elemento contribuinte para o discurso de sustentabilidade.

Todavia, mesmo com os acordos formais para a preservação dos recursos naturais como formas de gestão que reduzam os impactos no uso da água, além da colheita ser feita de forma mecanizada sem o uso do fogo, permite identificar a ação do capital nas melhores terras (tanto em termos de fertilidade como em condições favoráveis de relevo) em prol da monocultura da cana-de-açúcar.

Portanto, pode-se identificar as diversas estratégias do capital no espaço acreano, intermediadas pelo Estado via políticas respaldadas no discurso da sustentabilidade, criando múltiplas territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, buscou-se compreender o metabolismo do capital e seus mecanismos contraditórios de reprodução, vistos a partir do enfoque territorial.

Como procuramos demonstrar, a expansão e fortalecimento do agronegócio no campo brasileiro, suas formas de mediações e conflitos decorrentes das ações realizadas, corroboram o próprio movimento contraditório do modo capitalista de produção.

Para tanto, o capital vai buscar no campo condições para seu intenso processo de reprodução, seja intensificando mecanismos de apropriação do valor, via trabalho assalariado, seja procurando monopolizar a subordinação da renda da terra, além de gerar mecanismos instigantes de mercantilização da natureza, via apropriação da floresta por meio do mercado carbonicultor. De forma metabólica, a relação homem natureza passa a ser mediada por processos de controle da racionalidade do capital.

As conflitualidades permitem identificar que o controle, os mecanismos adotados pelo capital não são aceitos de modo homogêneo, pelo contrário, as contradições são expostas, os conflitos ficam latentes, as resistências se colocam como formas alternativas de construção de outras racionalidades, haja vista a bandeira da reforma agrária, da soberania alimentar, de outra racionalidade ambiental.

Em suma, o agronegócio, os agrocombustíveis, a problemática da reforma agrária, da questão ambiental, da soberania alimentar, revelam que o controle da terra, da natureza e do trabalho pelo capital são elementos importantes para a manutenção do seu processo reprodutivo. Quebrar estas amarras é uma forma de pensar a construção de outras relações sociais.

No quadro da problemática ambiental, a perspectiva do desenvolvimento sustentável posta pelo capital surge tanto como contraponto às estratégias de luta contra as formas de degradação socioambiental, com para a retomada de sua dinamização diante de um momento da crise do capital. O leque de possibilidades que o desenvolvimento sustentável abriu a partir da mercantilização da natureza, além de servir como possibilidade de acumulação, serviu também como uma compensação para as preocupações geradas pela própria dinâmica do capital, que se configura com a natureza enquanto produtora de bens e serviços.

A expansão do agronegócio e dos agrocombustíveis têm como base mecanismos altamente predatórios em termos ambientais e excludentes no sentido social. A produção agrícola capitalista, a sustentabilidade ambiental e social seriam duas setas que caminham em sentidos opostos, mas em tempos simultâneos, portanto, sua convergência se torna algo complicado de se estabelecer, o que dificulta sua existência em um mesmo território.

Haveria sustentabilidade, no sentido ontológico, sob a lógica do capital?

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio: Brasil 2008/09 a 2018/19**. Brasília, 2009. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/>> . Acesso em: 15/09/09.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflitualidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.83-106.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social**. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.81-112.

DOMINGUEZ, Federico Sulroca. **Las amenazas globales**. 2010 (mimeo)
FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Biocombustibles: perspectivas, riesgos y oportunidades. Roma, Itália: FAO, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial**. (mimeo)
_____. Soberania alimentar como território. (mimeo)

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre**. Contrato BID 1399/OC-BR. Disponível em: www.ac.gov.br. Acessado em: maio de 2009.

_____. **Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais.** Fração Carbono. Disponível em: www.ac.gov.br. Acessado em: março de 2010.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SILVA, José Graziano. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** São Paulo: UNICAMP, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **MST.** Acesso em: 23/04/08. Disponível em: www.mst.com.br.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p.113-156, jul/dez. 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2004.

SORZANO, Angelina Herrera. Impacto de la agricultura urbana em Cuba. In: **Revista Especializada em temas de población.** ano 5, n.09, 2009. Disponível em: www.cedem.uh.cu/Revista/portada.html

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As "novas" estratégias para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. Presidente Prudente. **Revista Pegada.** V. 9, n.1. p. 103-123. jun. 2008.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane; FABRINI, João. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. Presidente Prudente. **Revista Pegada.** V. 7. n. 2. p. 103-122, nov. 2006.

VIA CAMPESINA. Nota oficial da Via Campesina. Pequenos produtores esfriam o planeta, 2007.